

ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA

(ASCES-UNITA)

CURSO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RICARDO JÔNATAS PONTES HOLANDA

**PANDEMIA NO BRASIL: Uma análise da gestão de crise do presidente
Jair Messias Bolsonaro no combate ao novo coronavírus**

CARUARU

2023

RICARDO JÔNATAS PONTES HOLANDA

**PANDEMIA NO BRASIL: Uma análise da gestão de crise do presidente
Jair Messias Bolsonaro no combate ao novo coronavírus**

Trabalho apresentado ao NTCC do Centro
Universitário Tabosa de Almeida- ASCES-
UNITA, como requisito para obtenção do título
de bacharel em Administração Pública.
Orientador (a): Fernando César de Lima, Me.

CARUARU

2023

RESUMO

O artigo tem o objetivo de verificar a gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no combate a Covid-19 fundamentado na teoria do Neoinstitucionalismo, perfazendo uma análise de dados da gestão no Brasil. Em termos metodológicos, o trabalho tem como foco a abordagem descritiva e tendo a pesquisa como quanti-qualitativa, e os dados coletados por meio de sites e artigos científicos. É nítido que o Brasil não comandou com competência o gerenciamento da Pandemia do Coronavírus e, mediante a análise de dados da gestão, o ex-presidente Bolsonaro, como mandatário de instituição política, estimulou seus apoiadores através da sua postura e dos seus discursos anticientíficos a negar a gravidade de contaminação da variante e desrespeitar as determinações dos órgãos de saúde e da comunidade científica para barrar a contaminação do vírus.

Palavras-Chave: Combate ao Covid 19; Jair Messias Bolsonaro; Pandemia do Coronavírus; Teoria do Neoinstitucionalismo.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo verificar la gestión del ex presidente Jair Messias Bolsonaro en la lucha contra Covid 19 basado en la teoría del Neoinstitucionalismo, haciendo un análisis de datos de la gestión en Brasil. En términos metodológicos, el trabajo se centra en el enfoque descriptivo y teniendo la investigación como cuantitativa y cualitativa, y los datos recogidos a través de sitios web y artículos científicos. Queda claro que Brasil no comandó con competencia la gestión de la Pandemia de Coronavirus y, a través del análisis de los datos de gestión, el ex presidente Bolsonaro, como jefe de una institución política, estimuló a sus partidarios a través de su postura y sus discursos anti-científicos a negar la gravedad de la contaminación variante y hacer caso omiso de las determinaciones de los organismos de salud y la comunidad científica para prohibir la contaminación por el virus.

Palabras Clave: Combate Covid 19; Jair Messias Bolsonaro; Coronavirus Pandémico; Teoría del Neoinstitucionalismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 O GERENCIAMENTO DA PANDEMIA NO BRASIL ATRAVÉS DA TEORIA NEOINSTITUCIONAL	07
3 O PACTO FEDERATIVO E A CRISE NO FEDERALISMO BRASILEIRO	11
4 METODOLOGIA	15
5 ANÁLISE DE DADOS DA PANDEMIA NO BRASIL	16
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 foi identificado um novo vírus na China denominado cientificamente de SARS-CoV-2, causador de uma doença respiratória aguda grave e altamente contagiosa nomeado de coronavírus ou Covid-19, que possui sintomas semelhantes à de uma gripe e que pode evoluir para uma pneumonia e/ou insuficiência respiratória podendo até levar à morte.

Em 2020 a maioria dos países já haviam registrados casos ativos e óbitos pela Covid, obrigando múltiplos lugares a adotarem medidas de distanciamento e isolamento social, trazendo consequências como a paralisação das atividades comerciais e em pouco tempo a distribuição geográfica da enfermidade foi classificada pela ONU (Organização das Nações Unidas) como uma nova pandemia. (RIBEIRO *et al.*, 2020)

A partir da classificação de Lima (2020) o rápido contágio do vírus ligado à sua letalidade se tornou um problema global, na qual a situação emergencial precisou ser controlada com a implantação de métodos de higiene como as barreiras sanitárias e o confinamento social. Ainda em fevereiro do mesmo ano, o Brasil passou a registrar os primeiros casos de Covid-19 e no início de março os índices de óbitos começaram a crescer no país. No começo de abril, o país já contava com mais de 14 mil registros positivos e ultrapassou quase 700 confirmações de mortes (PLATERO, 2020).

Por conta do número alarmante de dados ativos do novo coronavírus no qual também estava ocasionando causas de falecimento, os governadores e prefeitos juntamente com órgãos de saúde pública decidiram decretar o isolamento social, os fechamentos de comércio não essenciais e o encerramento das aulas nas centenas de instituições de ensino para não aumentar a quantidade de ocorrências, além das precauções que passaram a ser obrigatórias como o uso de máscara facial e álcool em gel.

Em face disso, o presidente da República Jair Messias Bolsonaro criticou as providências tomadas para frear a contaminação. Minimizou a periculosidade da Covid-19, reprovou o decreto que proibia a abertura de estabelecimentos comerciais em que argumentava que essa determinação afetava negativamente a economia brasileira e recomendou o uso de medicamentos que não possuem comprovação científica para o coronavírus.

O comportamento negacionista e falacioso do Presidente da República como instituição política pode ter exercido grande influência na população brasileira, em razão de ser a autoridade máxima do país e essa influência pode ter colaborado para que o

sistema público de saúde entrasse em colapso.

Para Holanda (2020) às competências para combater o novo coronavírus seriam de empregar um isolamento social mais rígido contra a proliferação da nova variante, capaz de reduzir às novas ocorrências de contaminação, além de abster do consumo medicamentos sem provas científicas e acatar as recomendações dos especialistas da área da saúde.

Através desse contexto, percebeu-se que o presidente assumiu uma concepção autoritária ao desconsiderar o risco do vírus, se contrapor às normas de saúde determinadas por líderes locais e órgãos públicos e incentivar o uso de medicamentos para o coronavírus sem comprovação científica.

Em vista disso, o combate ao coronavírus no Brasil mostrou diversas falhas que colaboraram para que o país apresentasse um índice extremamente preocupante de vítimas contaminadas pela Covid-19 que poderiam ter sido evitadas. Sendo assim, é primordial analisar como o gerenciamento da pandemia pelo presidente Jair Messias Bolsonaro pode ter contribuído para uma crise sanitária e econômica brasileira.

E é em vista disso que contribui a investigação sustentada pelo Neoinstitucionalismo que para Hall e Taylor (2003) a teoria atribui que as instituições políticas são fundamentais, em razão delas organizarem a sociedade e a economia governamental, construindo e ditando às regras do comportamento e da convivência coletiva.

Nesse ambiente contextual é relevante também verificar a crise instaurada no federalismo brasileiro, no cenário epidemiológico atuante do presidente Jair Bolsonaro juntamente com os prefeitos e os governadores dos estados brasileiros que conforme foi sinalizado por Abrucio *et al.* (2020, p. 663) “[...]o federalismo bolsonarista aumentou o conflito com governos subnacionais e tem descoordenado políticas públicas de enfrentamento à pandemia”.

Conduzindo essa perspectiva para o contexto brasileiro, o nosso país está repleto de concepções incompatíveis a respeito de como gerir a pandemia. É nesse contexto que se situa o presente artigo, tendo como objetivo verificar como o papel do presidente enquanto instituição política, pode ter estimulado o aumento dos indicadores da conjuntura sanitária brasileira.

É dessa forma que o artigo possui como objetivos específicos: Identificar se as manifestações e a conduta do Presidente Jair Bolsonaro geraram um conflito no Federalismo Brasileiro; realizar uma análise de dados da gestão da pandemia no Brasil.

2 O GERENCIAMENTO DA PANDEMIA NO BRASIL ATRAVÉS DA TEORIA NEOINSTITUCIONAL

No início de 2020 vários países e regiões do mundo vivenciaram o surto do coronavírus que ordenou que a OMS (Organização Mundial da Saúde) categorizasse a propagação da doença como ‘Pandemia’ por conta da distribuição geográfica da doença.

Nas palavras de Knuth *et al.* (2020) o Brasil foi o primeiro país latino-americano a apresentar os dados iniciais de ocorrência da nova variante e conseqüentemente, por meio dos órgãos oficiais de saúde e da grande mídia nacional, foi possível atualizar os brasileiros sobre as informações decorrentes do problema sanitário e implantar as regras de higienização para evitar a propagação da variante.

Enquanto as entidades sanitárias preconizavam que a sociedade mantivesse os cuidados de higienização e do afastamento social, o ex-presidente Jair Bolsonaro distorcia às informações sobre a severidade do vírus, das recomendações de saúde e tachava o isolamento coletivo e isso pode ter influenciado sobretudo seus apoiadores, a seguirem o mesmo caminho percorrido pelo político de não cumprir com as ordens das autoridades de saúde como contrariar o isolamento social, compartilhar informações falsas, não utilizar máscara e consumir medicamentos sem comprovação científica.

Conforme De Arruda (2021) o antigo presidente assumiu uma concepção que contraria o seu papel de figura mais importante do país, onde expressou um comportamento imprudente no qual subestimou os perigos do vírus, espalhando informações enganosas com conteúdo distorcidos tirados fora de contexto.

Louzada (2021) associou que as falas do presidente que ocupou o cargo anteriormente, interferiram nos aspectos demográficos do SARS-CoV e podem ser proporcionais às manifestações que o próprio incentivou seus eleitores a confrontar as medidas da comunidade científica.

Nesse contexto, em que as alegações do ex-presidente brasileiro motivaram muitos brasileiros a percorrerem o mesmo caminho, pode ser justificado por intermédio da Teoria do Neoinstitucionalismo que tem por objetivo explicar como as instituições sociais podem influenciar a vida da sociedade.

Para Rocha (2005) o Neoinstitucionalismo surgiu em oposição a outros conceitos difundidos na década dos anos setenta, com o intuito de defender a autoridade e o poder político do estado e mostrar sua capacidade de controlar as instituições sociais no âmbito em que está inserido.

Cavalcante (2005) compreende que as instituições são fundamentais nos estudos dos grupos sociais, devido ao fato de influenciar definitivamente no processo de tomada de decisões e dos resultados de interesse público como a propagação de informações. Por meio desses parâmetros, é possível observar que as estruturas institucionais interferem na tomada de decisões e por isso é fundamental analisar o quadro da pandemia no Brasil sob o panorama da teoria Neoinstitucional.

A paralisação das atividades comerciais nos meses iniciais da pandemia foi muito julgada pelo ex-presidente, com a alegação de que essa interrupção prejudicaria ainda mais a situação financeira do Brasil que há muitos anos sofre uma grande recessão econômica, causaria desemprego e que essa proibição infringiu a autonomia econômica das pessoas, principalmente dos profissionais autônomos que foram obrigados a fechar as portas dos seus comércios por não serem consideradas atividades essenciais com exceção de supermercados e drogarias.

Fernandes (2021) analisou que ao mesmo tempo em que o ex-presidente defende a reabertura imediata do comércio, simultaneamente ele também rejeita um planejamento estratégico para diminuir os indicadores positivos da doença, conduzindo ao aumento muito maior no número de casos.

Os questionamentos do governante sobre a paralisação das atividades econômicas porventura, poderiam estimular diversos setores da sociedade a se sentirem descontentes com as recomendações que foram atribuídas pelos demais governos para evitar mais mortes pelo coronavírus. Parte da população desempregada, profissionais autônomos e liberais, organizações que representam os setores da indústria e do comércio insatisfeitos com as restrições, poderiam burlar as regras de isolamento social possivelmente influenciadas pelo presidente.

Nas palavras de Contrera (2021) o objetivo das instituições formais e informais de valores culturais é de influenciar o comportamento dos atores sejam eles políticos, eleitores, ou outros tipos de agrupamentos formados pelos mesmos interesses que atraem mudanças no comportamento e modificam suas decisões e preferências políticas.

Outra opinião contrária de Jair Bolsonaro foi sobre a obrigatoriedade do uso de máscara que além de questionar à aplicação, o antigo mandatário não fazia o uso corriqueiro em suas aparições públicas, declarando em entrevistas que discordava da utilização imposta até chegar ao ponto de acionar uma lei para vetar o uso imprescindível do acessório no país.

Paes *et al.* (2022) contesta o ex-presidente Jair Bolsonaro por meio de suas falas

ao recordar que o governante postava em suas redes sociais que estava combatendo o novo coronavírus, mas enfatizou que proibiu que os prefeitos e os governadores obrigassem a população a usar máscaras em ambientes fechados como igrejas e escolas, e relembra também que o político aglomerava no auge da pandemia e raríssimas vezes usava a máscara em eventos e aparições públicas.

As opiniões de Bolsonaro sobre o uso indispensável da máscara na pandemia, considerado item essencial para evitar a contaminação e até a morte pelo vírus, podem supostamente ter estimulado seus apoiadores a seguirem a mesma direção, duvidando da efetividade do acessório.

Mediante estudos, Garcia (2020) identificou que nas situações em que Bolsonaro desconsiderou a gravidade da transmissão do vírus, o número de pessoas que desprezaram o isolamento social como a ausência da utilização da máscara teve um índice elevado, resultando em maiores infecções e óbitos, maiormente nas cidades onde o estadista obteve vitória nas eleições presidenciais.

A interferência nos indicadores sanitários, decerto pelas afirmações de Bolsonaro, pode ser explicada pelo contexto do novo institucionalismo, no qual Peres (2008) considera que as instituições se organizam em ambientes formais e informais e são o resultado das alterações do comportamento dos atores políticos, que são influenciados pelo contexto social em que estão inseridos, tornando viável as intervenções políticas através das relações construídas nos agrupamentos sociais.

Além das reprovações sobre a determinação da aplicação da máscara, as vacinas também se tornaram uma pauta de discussão no governo anterior. Durante o período em que havia maior incidência no quadro de contaminação e óbitos e até então não existia uma vacina para a Covid, Bolsonaro indicava que a população usasse medicamentos para tratar o vírus sem que houvesse uma prova científica de que os remédios fossem eficientes.

De acordo com Grossi e Toniol (2020) Bolsonaro deu falsas informações por meio das transmissões ao vivo em suas redes sociais, de que os medicamentos possuíam fins terapêuticos para tratar o coronavírus, até chegar ao ponto de contrariar as informações das bulas de remédios que o governante orientava que a população consumisse.

Segundo Melo *et al.* (2021) no primeiro ano da pandemia, as vendas de substâncias para o tratamento precoce do coronavírus, sem comprovação científica como hidroxicloroquina e ivermectina, seja por prescrição médica ou automedicação, aumentaram de dezenas para centenas de milhares, fazendo com que os laboratórios

farmacêuticos obtivessem um lucro de meio bilhão de reais em faturamento.

Dessa forma, o governo federal poderia ter estimulado diversos brasileiros a procurarem essas substâncias para o tratamento do coronavírus e esse incentivo exercido para a população brasileira é interpretada por De Sousa Miranda (2017) como a influência do sistema político que assegura o incremento do interesses de seus representantes, tendo a capacidade de conduzir as escolhas sociais, transformando os indivíduos através de circunstâncias sociais do ambiente em que estão inseridos, definindo as ações e regulamentando as condutas coletivas .

As determinações de distanciamento e de isolamento social para impossibilitar o aumento da transmissão do vírus, foram recomendadas por profissionais e organizações da saúde que passaram a ser executadas pela maior parte dos gestores estaduais e municipais os quais foram duramente criticados pelo ex-presidente da república, e o julgamento do governo federal contra os gestores pôde ter levado o país a uma crise no Federalismo, dessa forma, é relevante averiguar a possível crise no Pacto Federativo na pandemia do novo coronavírus.

3 O PACTO FEDERATIVO E A CRISE NO FEDERALISMO BRASILEIRO

A carta magna do país desde que foi promulgada em 1988, definiu que a união não teria mais o poder centralizador como era no Regime Militar. A partir daquele período, os estados e os municípios passaram a ter autonomia financeira, política e territorial. Dessa forma, a constituição garantiu que a união não tem o poder soberano e nem há a subordinação de um governo para outro, mas as entidades que integram a federação passaram a ter campos próprios de atuação, com isso, intensifica que essas entidades tiveram uma independência administrativa e a atuação mais próxima da população, como demonstrado no Artigo 18 da Constituição da República Federativa do Brasil: “[...] A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, 1988).

A distribuição das competências governamentais nos dias de hoje, garantidos pela constituição como o Federalismo, é totalmente oposta à que o Brasil vivenciou durante o período antidemocrático que teve início em 1964 e permaneceu até 1985 com os militares das forças armadas no comando do país. A Ditadura Militar teve como um dos marcos a centralização do poder, onde a união não estava subordinada a nenhuma lei e a centralização dos poderes e o controle político e social eram determinados pelas leis de segurança nacional vigentes na época. (DE CARVALHO, 2018).

O Federalismo Brasileiro ainda possui um caráter centralizador em que os poderes da união ainda estão acima dos demais entes federados como Liziero (2018) afirma que o país possui na realidade um federalismo nominal, significando que existe apenas no papel, mas na prática o poder é mais centralizado onde sempre o país se inclinou desde a primeira república.

O Pacto Federativo que foi determinado na Constituição Brasileira, pode ter sido discutido através da perspectiva de vários autores ao longo desses anos. Uns justificam que o poder é bastante descentralizador, o que pode tornar até confuso às atribuições e competências estabelecidas para cada nível de governo. Há também outros pretextos de que a União ainda é muito centralizada se for analisada de forma bem detalhada na constituição, em que ainda a própria carta magna limita que seja realizada uma formulação do Pacto Federativo. (LIZIERO, 2018).

O Federalismo no Brasil Para De Siqueira (2019) não é posto em prática, está apenas presente de forma nominal desde o início da República, no qual o país tem traços

fortes de um estado unitário em que a distribuição do poder é super descentralizado, já como uma Federação, a nação pode ser considerada supercentralizada.

O novo Pacto Federativo diferenciou o Brasil de outras nações pelo fato de conceder à União, aos Estados e aos Municípios, competências próprias e responsabilidades administrativas, jurídicas e fiscais, em que essa descentralização do poder tornou-se evidente no cenário pandêmico em nosso país, pois enquanto o presidente Bolsonaro assumiu uma posição contrária às normas de saúde para coibir os altos índices de contaminação e mortes por Covid, os prefeitos e os governadores usaram de suas atribuições determinadas pela constituição para tentar minimizar a crise sanitária.

Os motivos que fizeram o país descentralizar o poder segundo Sadek (2000) estão ligados aos valores democráticos, considerando que o país saiu de um regime autoritário e de poder centralizador e que agora busca dar ênfase na distribuição de recursos financeiros e competências políticas, em que o novo Pacto Federativo tornou os prefeitos e os governadores como um dos grandes protagonistas desse modelo de gestão que fortaleceu a participação popular e a efetivação de políticas públicas.

O Governo Federal e os governos estaduais tiveram argumentos divergentes nas medidas que tomaram para evitar o contágio da Covid-19. Muitos prefeitos e governadores definiram como norma o uso de máscaras faciais, o distanciamento e o isolamento social, o fechamento das instituições de ensino e repartições públicas e a proibição das atividades da classe comercial consideradas não essenciais, com exceção de unidades hospitalares, farmácias e setores de alimentos. O presidente Jair Bolsonaro contrapôs as medidas tomadas pelos chefes locais e regionais, alegando que a doença recentemente descoberta não era considerada grave e sobretudo que os fechamentos dos estabelecimentos comerciais prejudicariam a economia.

Holston (2021) aponta que a pandemia em países como o Brasil, foi marcada pela ausência de uma gerência fortalecida e harmoniosa entre os poderes executivos de cada unidade da federação. E o que contribuiu para que o Brasil não elevasse ainda mais os números de transmissões de infecção e mortes pelo coronavírus, foi a tomada de liderança dos prefeitos e governadores que usaram de suas competências jurídicas, para impor medidas de segurança pública para impedir alta taxa de contaminação nas cidades e nos estados, exercendo com autoridade o controle dessa crise na saúde.

Nos momentos em que Bolsonaro criticou os entes da federação por implantar as normas de saúde, como a proibição de atividades não essenciais e incentivou o relaxamento das medidas, os governos dos estados e prefeitos mantiveram os decretos em

razão da constituição federal garantir que a União não tem o poder centralizado e a carta magna ainda dispõe do seu dispositivo constitucional, o Pacto Federativo, que garante a autonomia relativa dos estados e dos municípios.

Cortez (2021) declara que a partir do período de redemocratização, o Federalismo Brasileiro foi reformulado com o propósito de uma justa distribuição e articulação do poder público, para garantir uma participação maior em diversos níveis nas tomadas de decisões certificando que houvesse uma liberdade relativa e o controle do exercício de poder.

Uma das eventuais crises geradas no Pacto Federativo foi sinalizada nos conflitos entre o Ex-Presidente da República e o Ex-Governador do Estado de São Paulo, João Dória. Esses atritos tiveram início no primeiro ano da disseminação do vírus, quando Jair Bolsonaro adotou uma postura negacionista em relação a gravidade do coronavírus, enquanto João Dória assumiu um papel de liderança em que se preocupou com os números alarmantes da Covid em São Paulo e impôs restrições para conter o avanço da nova doença.

A partir de uma análise comparativa, Da Cunha Santos e Fossá (2020) compreenderam que as ações de Bolsonaro estão ligadas a uma conduta egoísta em que a única preocupação do presidente está voltada apenas ao benefício da economia do país, já o comportamento de Dória é reconhecido como uma postura altruísta, em que se enxerga que há nele uma preocupação na grande conjuntura de saúde pública que o seu estado está submerso, e que a única solução plausível encontrada para este colapso está na atitude de controlar essa situação impondo precauções para frear a proliferação do vírus.

Outro embate político remete aos meses de fevereiro e março de 2021 na cidade de Araraquara, localizada no interior do estado de São Paulo, em que se viu crescer de forma alarmante os casos positivos da Covid, inclusive muitas vítimas do vírus chegaram a ocupar todos os leitos dos hospitais da cidade.

De acordo com o jornal PODER360 (2021) na primeira quinzena de fevereiro de 2021, o município de Araraquara tinha mais de cento e noventa pessoas internadas nos hospitais ocupando 100% dos leitos da UTI (Unidade de Terapia Intensiva). Com o confinamento, a média móvel dos casos de Covid caíram para 74%. Por conta da quarentena rígida decretada pela gestão municipal, o ex-presidente Bolsonaro teceu duras críticas ao governo local.

Segundo Lichotti (2021) a cidade paulista se tornou alvo das críticas de Bolsonaro

pelas medidas restritivas impostas que tiveram grande repercussão nacional, e sendo também uma das poucas cidades brasileiras que decretaram uma rígida quarentena, conseguindo diminuir significativamente o número de internações e mortes pela Covid.

Os conflitos internos nessa epidemia entre o presidente Bolsonaro e os entes da federação deixou estampada uma crise dentro do Pacto Federativo, identificando que o papel do estado na constituição está diferente do conceito apresentado por Camargo (1994) que definiu que o papel da união através da constituição é ter a prioridade de coordenar e articular com êxito a parceria entre os estados e os municípios, fortalecendo o papel de ente integrador e incentivador contribuindo para a expansão da nação.

Rodrigues e Azevedo (2020) verificaram que a crise institucional está relacionada a um problema de coordenação e de dimensões territoriais, no qual o surto da Covid no Brasil expôs o conflito político entre os Poderes Federativos sobre a competência de responsabilidades, que colocam em riscos às normas de saúde e que são atribuídos pela ausência de clareza na definição dos limites das competências.

Sobre a divisão das atividades governamentais na pandemia, Soares (2022) relembra que o presidente Jair Bolsonaro alegou que ficou impossibilitado de atuar no combate a pandemia por conta das interferências do STF (Supremo Tribunal Federal) e que a única medida que pôde ser tomada estava associada apenas sobre o repasse de verbas financeiras para os estados e para os municípios.

Já a Suprema Corte Brasileira retificou no início de 2021 a decisão do Congresso Nacional de que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, têm jurisdição para efetuarem execuções que diminuam a proliferação da Covid. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (BRASIL, 2021).

O colapso na saúde pública brasileira foi capaz de desencadear um conflito político gerado pelas incongruências entre o Governo Federal e as esferas estaduais e municipais, relacionados com a implantação de procedimentos sanitários para barrar o contágio do vírus, e essa falta de harmonia entre os poderes podem ter causado uma instabilidade nos dados da variante da SARS-CoV-2, sendo assim, é imensamente importante analisar os indicadores da contaminação do vírus da Covid no Brasil.

4 METODOLOGIA

Consoante aos propósitos desta pesquisa, o estudo foi considerado como descritivo, porquanto buscou conhecer como o comportamento do presidente Jair Messias Bolsonaro no enfrentamento a Covid-19, pode ter influenciado nos altos indícios de contaminação, explicado por meio da teoria Neoinstitucional e empregada a metodologia exploratória, em que se prezou pela determinação das finalidades e adicionada à procura de informações sobre o gerenciamento da pandemia no Brasil pela gestão do Governo Federal.

No estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica, para explicar a possível influência das falas e do papel desempenhado por Jair Bolsonaro na pandemia e em seus indicadores, baseando essas investigações a partir das análises realizadas em livros, artigos e revistas científicas, e em relação a abordagem no tratamento dos dados, deu-se a aplicação da pesquisa quanti-qualitativa, no qual foram feitas levantamento de dados e à análise subjetiva com investigações a respeito da crise sanitária desencadeada no Brasil pela variante da Covid-19.

Os países que tiveram os dados comparados com o Brasil (Argentina, Estados Unidos e Canadá) foram definidos conforme a localização geográfica. Dessa forma, a Argentina foi selecionada por estar muito próximo do nosso país, que será o alvo da análise, e ainda para ter uma dimensão da crise sanitária no continente americano, foram escolhidos os Estados Unidos e o Canadá por terem tido relevância nos dados do coronavírus.

A coleta dos dados foi reproduzida através de sites jornalísticos como o G1, PODER360 e em portais especializados na área da saúde como o PFARMA, assim como também foram coletados dados em livros, artigos e revistas científicas que abordem a temática, onde todos serão devidamente explicitados nas citações e referências, tendo como recorte temporal o período de 31 dezembro de 2019, data em que foi confirmado pelo caso do novo coronavírus no mundo, até 31 dezembro de 2022 em que chegou ao fim o mandato do presidente Jair Bolsonaro.

5 ANÁLISE DE DADOS DA PANDEMIA NO BRASIL

Antes de existir uma vacina eficiente contra o novo coronavírus, as únicas opções que restavam para barrar as contaminações contra a variante consistiam apenas no distanciamento e no isolamento social, no uso indispensável da máscara, na higienização frequente das mãos e dos alimentos. Entretanto, essas prevenções não foram suficientes para os resultados positivos diminuírem e muito menos a quantidade de mortes. Com o aumento gradativo dos casos e no atraso para a disponibilização dos imunizantes para a população, surgiram indicações duvidosas para a possível cura da Covid-19.

Uma parte da população brasileira consumiu remédios para aliviar os sintomas do problema respiratório sem orientação médica, a respeito deles podemos citar a Hidroxicloroquina, Ivermectina, Azitromicina, Ibuprofeno e vitamina C. (DE FREITAS SILVA; DE JESUS; RODRIGUES, 2021).

De acordo com Amaral e Marques (2021) o ministério da saúde e uma parte dos médicos, receitaram substâncias para o tratamento do vírus, como a Hidroxicloroquina e a Ivermectina, denominados de ‘kit covid’, no qual esses medicamentos não possuíam provas adequadas que atestassem a eficácia e ainda traziam riscos para pacientes contaminados, podendo piorar o quadro clínico e até levá-los a morte.

As orientações para o tratamento precoce levaram muitos brasileiros a pesquisarem por essas substâncias, onde chegou a centenas de buscas em aplicativos de compra de medicamentos, de acordo com o Portal Farmacêutico ‘PFARMA’, como pode ser analisado na tabela abaixo:

Tabela 1. Pesquisa por Hidroxicloroquina. Dados de 01.01.2019 até 30.06.2021

Região	Em 2019	Em 2020	Em 2021
Norte	0	38.478	48.468
Nordeste	4	154.202	177.364
Centro Oeste	1	115.324	170.272
Sudeste	1	424.774	661.154
Sul	0	229.850	468.798
Total Geral	6	962.628	1.526.268

Fonte: PFARMA - Portal Farmacêutico. Elaboração Própria.

As desinformações ligadas a substâncias não testadas para fins terapêuticos contra o vírus, vieram acompanhadas de falsas afirmações acerca das vacinas, que ainda estavam

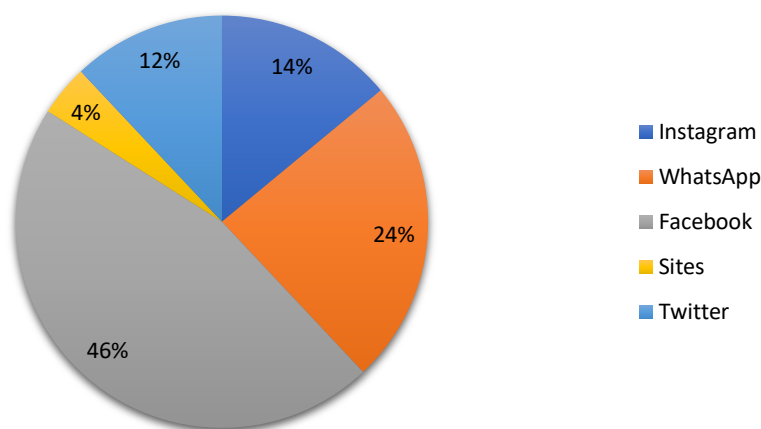
em fase de testes e não tinham sido compradas pelo governo, comprovando que os meios digitais no Brasil estavam com uma enxurrada de notícias enganosas.

As vacinas foram um dos alvos centrais de levantamentos falsos, desde o contexto histórico da Revolta da Vacina no início do século passado, perpassando nos tempos atuais da era digital. Por intermédio dos meios eletrônicos, as vacinações contra o coronavírus foram acompanhadas de várias teorias da conspiração, sendo associadas a efeitos colaterais adversos, possíveis mortes súbitas e até esquema lucrativo criado pelos laboratórios de insumos farmacêuticos.

Para Souza Filho e Aguiar Lage (2021) foi possível ver nos últimos anos um desprezo com a ciência, que prejudicou as políticas de saúde na qual essa concentração espalhou difamações a respeito das vacinas, aumentando a desconfiança nos movimentos de imunização, que resultou no surgimento de doenças que tempos atrás tinham sido erradicadas.

As redes sociais e os endereços eletrônicos da internet, tornaram-se as principais ferramentas para o compartilhamento de informações vacinais sem referências teóricas ou científicas, conforme pode ser visto na representação gráfica a seguir.

Gráfico 1: Meios digitais mais utilizados para divulgação de notícias falsas referentes às vacinas, de 26 de março de 2020 a 31 de março de 2021.



Fonte: Galhardi *et al.* 2022, p.1853. Elaboração Própria

O governo poderia ter a capacidade de interferir nos indicadores por ter uma presença ativa nos meios digitais, maiormente no Twitter, no Instagram e nas transmissões simultâneas pelos canais oficiais do governo como no YouTube, em que Galhardi *et al.*

(2020) associou que desde das eleições presidenciais de dois mil e dezoito em nosso país, a multiplicação de desinformações ganharam muita força com governo eleito da extrema direita, que usou o poder de viralização das redes sociais para desconstruir a democracia brasileira que já se encontrava enfraquecida.

Trazendo esse prisma para análise Neoinstitucional, Scokpol (1985) expressa que a sociedade é altamente dominada pelo estado, no qual esse campo autônomo de gestão social tem a decisão de definir seus propósitos e tentar executá-los em um cenário repleto de interesses de conflito

No mesmo momento em que a crise sanitária estava expandindo-se em território nacional, pôde ser visto numerosos procedimentos domésticos na internet para solucionar e impedir a transmissão pela síndrome respiratória sem hipóteses científicas.

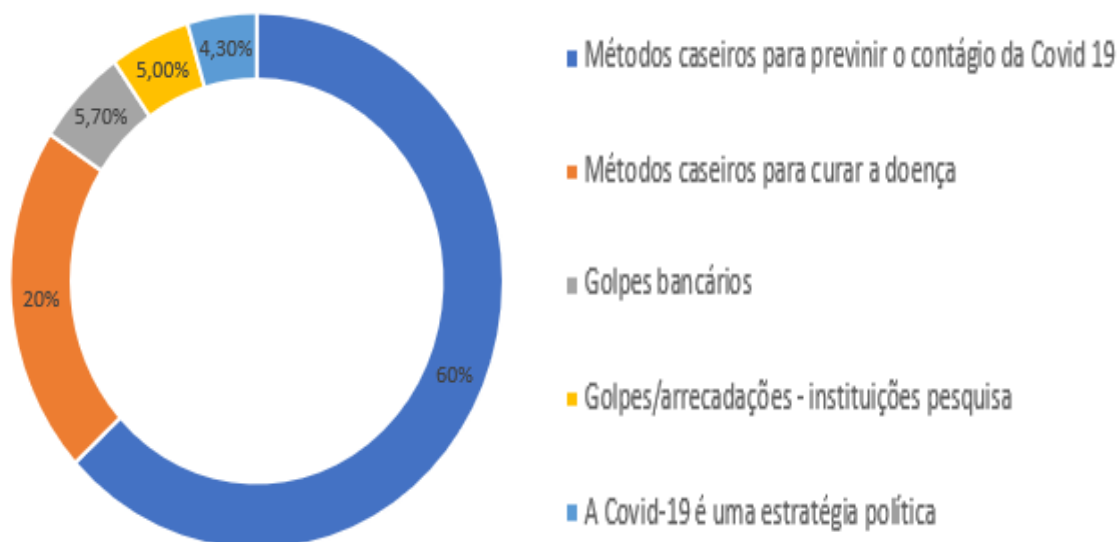
A partir da análise de Galhardi *et al.* (2022) as redes sociais transformaram-se em uma ferramenta exclusiva para o compartilhamento de mentiras referentes ao SARS-CoV-2, com conteúdo carregados de boatos que prejudicaram a confiabilidade dos informes oficiais e confiáveis da comunidade científica.

As falsas informações na internet, não se resumiam apenas no compartilhamento de artificios caseiros para se prevenir da Covid sem confirmações médicas, algumas mensagens tinham conteúdos com o objetivo de lucrar com as mentiras. Infratores enviavam endereços eletrônicos por serviços de mensagens com textos enganosos se passando por instituições bancárias para roubar os dados confidenciais dos clientes. (AGÊNCIA LUPA, 2020).

No primeiro semestre da pandemia, a FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz) criou uma campanha para pessoas físicas e jurídicas realizarem doações financeiras apenas através do site do órgão para combater o coronavírus. Contudo, o MBL (Movimento Brasil Livre) usou o pôster oficial da Fundação e lançou na internet um endereço eletrônico que o leva para o site do Movimento, enganando o público e os fazendo acreditar que estavam doando para a FIOCRUZ, mas na realidade as doações estavam indo para o MBL. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP, 2020).

Somado as fórmulas caseiras para reprimir e impossibilitar a propagação do coronavírus, algumas especulações foram publicadas nas redes sociais, como por exemplo, eram feitas menções de que a Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus seria uma espécie de esquema governamental, como pode ser analisado no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Notícias falsas sobre a Covid-19 denunciadas ao aplicativo *Eu fiscalizo* da Fundação Oswaldo Cruz. Período de 17.03.2022 a 10.04.2022



Fonte: Galhardi *et al.*, 2020, p. 4205. Elaboração Própria

Os indicadores de desinformações apresentados no esquema gráfico acima, podem ter expandido os riscos de saúde para os brasileiros, gerando apreensão e atentando para o fato de que a grande quantidade de informações falsas resulta em insegurança no conhecimento científico.

No que tange às informações referentes as táticas caseiras citados no gráfico anterior, Maciel, Gonçalves Júnior e Dalcolmo (2020) ressaltaram que os métodos caseiros para curar o contágio do vírus da covid não possui evidências científicas, inclusive relacionadas a métodos que envolvem alimentos, já que os estudos realizados pela comunidade científica são feitos apenas com substâncias químicas farmacêuticas.

Os posicionamentos anticientíficos de Jair Bolsonaro, podem ter desempenhado um aumento expressivo nos índices de transmissão do vírus, e conseqüentemente levado muitos brasileiros à morte como Caponi (2020) sugere que há uma série de indícios nos quais comprovam que números da variante tornaram-se exorbitantes, pois foram ignorados pelo Governo Federal e viraram conseqüências de uma disputa ideológica e do negacionismo promovido pelo governo neoliberal.

A partir de março de 2020, as secretarias municipais e estaduais, juntamente com o Ministério da Saúde, passaram a divulgar e atualizar dia após dia os números dos

diagnósticos positivos e os falecimentos decorrentes da infecção da variante, tendo um crescimento significativo sobretudo nos dois anos anteriores à criação e aplicação das vacinas como pode ser conferido na tabela a seguir.

Tabela 02: Número de casos confirmados e de óbitos pelo novo coronavírus no Brasil no período entre 26.02.2020 até 31.12.2022

ANO	CASOS CONFIRMADOS	ÓBITOS
2020	7.675.781	194.976
2021	14.609.594	424.133
2022	14.068.880	20.823
TOTAL	36.354.255	639.941

Fonte: *GI*. Elaboração própria

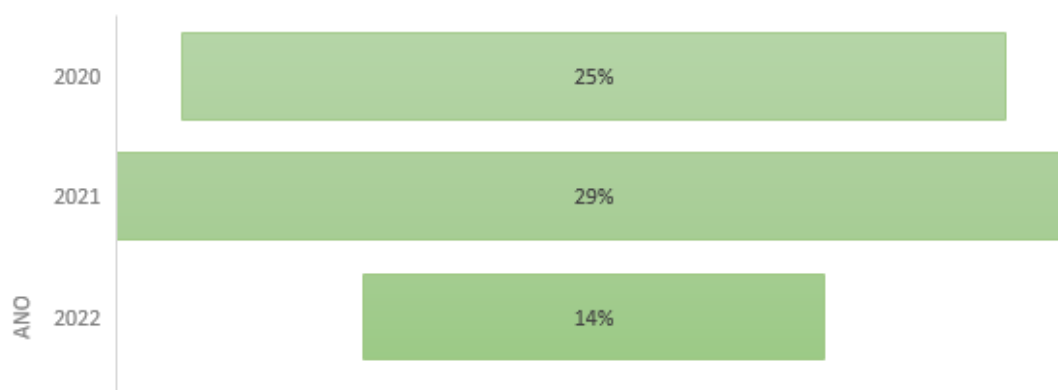
Para De Barcelos *et al.* (2021) as notícias falsas espalhadas pela internet, podem ser consideradas um dos instrumentos que culminaram no crescimento elevado da crise no país, em razão dos conteúdos que tinham nas desinformações que quase sempre eram relacionados a vacinação, aos indicadores sanitários e maiormente pelas medidas de contenção como a quarentena e ao uso de máscaras.

As notícias falsas referentes à vacinação no Brasil, têm se tornado muito constantes e tem sido apresentado nas redes sociais diversas teorias da conspiração, quase sempre relacionadas a origem dos imunizantes e os possíveis efeitos colaterais.

Souza Filho e Aguiar Lage (2021) afirmam que a desconfiança e as notícias falsas em torno dos imunizantes, têm trazido sérias consequências para muitas nações incluindo o Brasil, como a volta de muitas doenças que tinham sido erradicadas anos atrás e que acabaram voltando a registrar confirmações de casos e até comprovação de mortes que até então não se via mais.

A aplicação das doses de vacinas na população brasileira, fabricadas tanto em solo nacional quanto no exterior contra o vírus SARS-CoV-2, pode ter reforçado o quanto o coronavírus é perigoso que não impediu de as pessoas serem contaminadas, mesmo estando imunizadas, mas também pode ter evidenciado que a aplicação dos imunizantes pode ter reduzido consideravelmente a relação entre o número de mortes e os números de contaminações maiormente em 2022, como pode ser visualizado no próximo gráfico.

Gráfico 03: Relação percentual entre o número de mortes e os números de casos do coronavírus no Brasil nos anos de 2020, 2021 e 2022.



Fonte: *Dados retirados e tratados da tabela 02. Elaboração própria.*

Mediante os esforços científicos para encontrar os imunizantes eficientes contra o vírus, é possível afirmar que a aplicação das vacinas reduziu drasticamente o contágio e as consequências do seu agravamento como a internação hospitalar e as mortes. (BEE *et al.*, 2022)

Os dados nos dois primeiros anos principalmente, podem ser resultados do impacto da antiga gestão do governo federal que promoveu o relaxamento das recomendações de contenção do vírus como reafirma Carvalho e Guimarães:

[...] alguns líderes mundiais se negaram ou contrariaram a adoção do isolamento como método preventivo e outros, na tentativa e desejo de encontrar uma solução rápida, barata e já existente, defenderam o uso de certas drogas para o manejo da doença. Além disso, observou-se a propagação de comportamentos negacionistas contra a ciência e de atos de desinformação, como o compartilhamento de notícias falsas nas redes sociais e que iam de encontro às recomendações feitas pela OMS. (CARVALHO; GUIMARÃES, 2020, p.1).

A exemplo de líderes que negligenciaram a emergência global, Jair Bolsonaro tentou manter proximidade com Donald Trump, o antigo presidente dos Estados Unidos, logo após o início do mandato em 2018, e ao longo do tempo os ex-chefes de estado adotaram comportamentos semelhantes. (MENEZES, 2019)

O gerenciamento da pandemia nos Estados Unidos na gestão de Donald Trump, tornou-se compatível com as atitudes de Bolsonaro, no qual o ex-presidente republicano concedeu declarações negacionistas nas redes sociais, minimizou a gravidade do coronavírus e criou polêmicas na internet com a repercussão de notícias falsas de sua própria autoria. (MOUTROPOULOS; DE SOUZA STURARI, 2021).

As ações tomadas por Trump podem ter trazido consequências decisivas no enfrentamento ao novo vírus, dado que os Estados Unidos também se destacaram pelos números altíssimos de casos confirmados e de óbitos pela nova variante, destacando como um dos países com maiores ocorrências.

Até o início de 2021 o país norte americano já somava mais de quatrocentas mil mortes e mais de vinte milhões de casos positivos decorrentes do coronavírus, o que fez liderar o ranking mundial desde março de 2020. (DA SILVA FREITAS; DE NEGREIROS, 2021)

Já na Argentina, o colapso do SARS-CoV-2 foi responsável por gerar números bastante expressivos, embora que certamente não tenha tido dados piores que o do Brasil por conta das ações que foram designadas pelo governo do país, já que nos dias 08 e 15 de outubro de 2020 a Argentina bateu o recorde do ano com mais de 500 mortes e mais 17 mil contaminações, respectivamente, (BBC NEWS BRASIL, 2020) enquanto nos mesmos dias, o Brasil registrou mais de 700 óbitos e mais 30 mil transmissões (G1, 2020).

Como citado nos textos anteriores, enquanto no Brasil Bolsonaro não concordou com o isolamento e criticou os entes federativos, que instituíram os meios de distanciamento, a Argentina tomou caminhos diferentes, nos quais o presidente Alberto Fernández executou uma quarentena que teve dimensão nacional, que foi respeitada por por grande parte da população e que teve também a colaboração dos demais políticos das cidades e províncias argentinas. (MUSANTE, 2020)

E assim como na Argentina e nos Estados Unidos, do mesmo modo o Canadá vivenciou o surto do coronavírus que ocasionou muitos indícios de contaminação em grande escala, mas certamente não apresentou números tão exorbitantes como os outros países comparados, incluindo o Brasil, tendo em vista que em dezembro de 2021 o Canadá apresentava uma média móvel de mortes diárias em torno de 27 (PODER360, 2021) e o Brasil registrava uma média de quase 100 óbitos por dia (G1 2021).

No Canadá, todos os níveis governamentais e os organismos de saúde souberam chefiar de forma estruturada, e também comunicar-se com os canadenses transmitindo informativos necessários sobre o vírus, estimulando o isolamento social e a redução de aglomeração por meio da promoção de políticas de informações, com diligências no monitoramento de indícios de casos e mortes pelo país. Já no Brasil, houve falta de direcionamento na gestão e ausência de conexão sobre as instruções normativas e as normas legais entre os governantes, que também não promoveram de forma eficiente a divulgação de informações referente a pandemia, junto a isso, outro problema era a falta

de recursos financeiros que gerou superlotação nos hospitais, que causaram uma enorme instabilidade em várias cidades o que ocasionou muitas mortes que poderiam ter sido evitadas. (DE LIMA; DA SILVA, 2022)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise descritiva e do levantamento dos dados, depreende-se que o Brasil não conseguiu lidar com a gestão da pandemia do novo coronavírus, maiormente em razão das condutas assumidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Suas declarações estavam cravadas no negacionismo da gravidade do coronavírus, possibilitando o afrouxamento das medidas sanitárias com a intenção de que a situação econômica do país não fosse afetada, não dando importância para a vida dos brasileiros que pudessem correr o risco de não sobreviver a contaminação do vírus, promovendo o tratamento antecipado doença, incentivando a população a consumir medicamentos sem indícios científicos, contrariando a classe médica e pondo riscos à saúde de milhões de brasileiros.

Destaca-se também o conflito entre o Governo Federal contra governadores e prefeitos, no qual Bolsonaro fez pronunciamentos criticando os procedimentos adotados nos estados e municípios para controlar a ascensão do vírus, e tais declarações foram motivadas por gerar uma crise no Pacto Federativo, em que se criou uma série de contendas com as demais Unidades da Federação.

Em conformidade com a Teoria Neoinstitucional, não resta dúvidas de que as atitudes do Presidente são importantes e o seu desempenho pode incentivar a sociedade a percorrem o mesmo caminho, pois através de suas manifestações em massa, Bolsonaro negligenciou a pandemia em nosso país e contribuiu para o aumento das divergências políticas no Brasil.

Sendo assim, é possível concluir que as atitudes do Presidente da República são primordiais no comportamento da sociedade, dado que por meio de discursos que negligenciaram as consequências desastrosas da contaminação do vírus e o julgamento errôneo das medidas de segurança de saúde, Bolsonaro incentivou seus apoiadores a irem pelo mesmo caminho. Pode-se contestar mediante este artigo, que para existir uma gestão competente no Brasil, o Governo Federal deveria garantir que os mecanismos de vigilância sanitária viabilizassem a identificação e o isolamento de pessoas infectadas e aderissem à incentivos de medidas de segurança, tendo em vista que os países que desempenharam melhores estratégias para frear a infestação do vírus, alcançaram índices menores referentes à crise causada pela Covid-19.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 663-677, 2020.

Agência LUPA. Na pandemia, criminosos usam falsas ofertas e benefícios para aplicar golpes. **UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/07/21/coronaverificadogolpes-pandemia/> Acesso em: 10 de mar. de 2023.

AMARAL, Luciana; MARQUES, Gilvan. Pazuello contradiz Saúde e diz que não enviou kit covid a indígena. 2021.

BBC NEWS BRASIL; CARMO, Márcia. Covid-19: como a Argentina se tornou-se um dos cinco países com mais casos no mundo. **BBC NEWS BRASIL**. São Paulo, 16 de out. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54576548>>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Regimento Interno do STF de 1940. Brasília: STF, 1940.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos avançados**, v. 34, p. 209-224, 2020.

CARVALHO, Wellington; GUIMARÃES, Ádria Silva. Desinformação, Negacionismo e Automedicação: a relação da população com as drogas “milagrosas” em meio à pandemia da COVID-19. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 3, 2020.

CAMARGO, Aspásia. O novo pacto federativo. 1994.

CAVALCANTE, Pedro. Descentralização de políticas públicas sob a ótica neoinstitucional: uma revisão de literatura. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 1781-1804, 2011.

CORTEZ, Luís Francisco Aguilar. Pacto federativo, pandemia e o papel dos Tribunais. **A reinvenção das instituições públicas**, p. 49.

CONTRERA, Renata Bueno. O NEOINSTITUCIONALISMO NA CIÊNCIA POLÍTICA: uma revisão da literatura. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas-POLITI (K) CON**, v. 2, n. 1, p. 27-37, 2021.

DA CUNHA SANTOS, Mateus; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. A disputa pelo poder político em meio à pandemia de covid-19: análise do confronto entre João Doria e Jair Bolsonaro. **Revista Panorama-Revista de Comunicação Social**, v. 10, n. 1, p. 8-13, 2020.

DE BARCELOS, Thainá do Nascimento et al. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 45, p.e65, 2021.

DE ARRUDA, Robson Lima. O negacionismo como artefato da pós-verdade: Bolsonaro, a pandemia e a educação. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 15, p. 81-93, 2021.

DA SILVA FREITAS, Felipe; DE NEGREIROS, Dalila Fernandes. TRUMP E BOLSONARO. **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 35-60, 2021.

DE LIMA, Luciana Dias; DA SILVA, Hudson Pacífico. a resposta do Canadá à Covid-19. **POLÍTICAS E SISTEMAS DE SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA**, p. 205.

DE SIQUEIRA, Júlio Pinheiro Faro Homem. O FEDERALISMO NOMINAL BRASILEIRO.

DE CARVALHO, Aloysio Castelo. O REGIME MILITAR AUTORITÁRIO DE 1964: O APARELHO REPRESSIVO.

DE FREITAS SILVA, Alicia; DE JESUS, Jefferson Silva Pinho; RODRIGUES, Juliana Lima Gomes. Automedicação na pandemia do novo coronavírus. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 4, p. 938-943, 2021.

DE SOUSA MIRANDA, Roberto. Uma revisão de literatura sobre o neoinstitucionalismo e a avaliação do desempenho de instituições sociais. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 7, n. 2, p. 59-75, 2017.

ENSP. Pesquisa revela dados sobre fake news relacionadas ao novo coronavírus **FIOCRUZ**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/48662> Acesso em: 21 de fev. de 2021.

FERNANDES, Tamires Miranda. Dilema e falso dilema ético: o posicionamento de gestores contrários ao fechamento do comércio durante a pandemia da COVID-19. 2021.

GALHARDI, Cláudia Pereira et al. Fake news e hesitação vacinal no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1849-1858, 2022.

GALHARDI, Cláudia Pereira et al. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4201-4210, 2020.

GARCIA, Diego. Efeito Bolsonaro” sobre alta nos casos de coronavírus surpreende pesquisadores. **Folha de São Paulo, São Paulo**, v. 12, 2020.

G1. Brasil tem mais de 152 mil mortos por Covid-19 e média móvel de 497 óbitos por dia. **G1**. Rio de Janeiro. 15 de out. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/15/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-15-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acesso em: 18 de maio de 2023.

G1. Brasil registra 1.036 mortes por coronavírus; total chega a 194.976 óbitos. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/31/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-31-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>>. Acesso em: 31 de abr. de 2023.

G1. Brasil registra média móvel de 97 mortes diárias por Covid. **G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/12/31/brasil-registra-media-movel-de-97-mortes-diarias-por-covid.ghtml>>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

G1. Brasil registra 37 novas mortes por Covid-19; média móvel indica tendência de alta. **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/12/31/brasil-registra-37-novas-mortes-por-covid-19-media-movel-indica-tendencia-de-alta.ghtml>> Acesso em: 01 de maio de 2023.

G1. Média móvel de mortes por Covid no Brasil se aproxima de 600, mas segue em faixa de estabilidade. **G1**, Rio de Janeiro. 08 de out. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/08/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-8-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>> Acesso em: 18 de maio de 2023.

GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo. **Cientistas sociais e o coronavírus**. 2020.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 193-223, 2003

HOLANDA, Vanderlan Nogueira. Pandemia de COVID-19 e os esforços da ciência para combater o novo coronavírus. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 8, n. 1, p. 360-361, 2020.

HOLSTON, James. Pandemia Urbana: Federalismo, o Direito das Cidade e o Judiciário. **Simetria**, v. 1, n. 7, p. 156-159, 2021.

KNUTH, Alan Goularte; DE CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil; FREITAS, Débora Duarte. Discursos de instituições de saúde brasileiras sobre atividade física no início da pandemia de COVID-19. **Revista brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 25, p. 1-9, 2020.

LIZIERO, Leonam Baesso da Silva. Estado Federal no Brasil: o federalismo na constituinte de 1987/1988 e a descentralização pela assimetria. Florianópolis: **Empório Modara**, 2018.

LICHOTTI, C. Araraquara: O *lockdown* que enfrentou a ira de Bolsonaro. **OUTRASMÍDIAS**, São Paulo. Ago. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/araraquara-o-lockdown-que-enfrentou-a-ira-de-bolsonaro/>. Acesso em: 28 out. 2022.

LIMA, Claudio Márcio Amaral de Oliveira. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Radiologia Brasileira**, v. 53, p. V-VI, 2020.

LOUZADA, Guilherme Figueira Luca M. Influência de Messias? Relação Intramunicipal entre Preferências Políticas e Mortes em uma Pandemia. 2021.

MENEZES, Roberto Goulart. Governo Bolsonaro: a busca de “relações carnavais” com os Estados Unidos de Trump?. **5o Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia, Universidade Federal de Goiás**, 2019.

MOUTROPOULOS, Júlia Volpato; DE SOUZA STURARI, Vinícius. A internet poderia prometer honras a um príncipe novo? Donald Trump e a pandemia de COVID-19 nos Estados Unidos. **Revista Sem Aspas**, p. e021002-e021002, 2021.

MUSANTE, Florencia. O Estado em disputa: reflexões a partir do Brasil e da Argentina frente à pandemia do coronavírus. 2021.

MACIEL, Ethel Leonor Noia; GONÇALVES JÚNIOR, Etereldes; DALCOLMO, Margareth Maria Pretti. Tuberculose e coronavírus: o que sabemos?. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, p. e2020128, 2020.

MELO, José Romério Rabelo et al. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.

PLATERO, Klarissa; GOMES, Fabian. Números estatísticos e realidades: Uma proposta de reflexão sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social-Reflexões na Pandemia**, p. 1-11, 2020.

PAES, Amanda; BRASIL, Vanessa; MASSARANI, Luisa. Negacionismo Científico: Uma Análise do Twitter de Jair Bolsonaro em Março e Novembro de 2020. **Razón y Palabra**, v. 26, n. 114, 2022.

PODER360. Províncias do Canadá anunciam novas medidas restritivas. **PODER360**, Brasília, 31 de dez. de 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/provincias-do-canada-anunciam-novas-medidas-restritivas/>>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

PODER360. Bolsonaro critica lockdown em Araraquara e prefeito da cidade. **PODER360**. Brasília. 14 Jan. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-critica-lockdown-em-araraquara-e-prefeito-da-cidade/>>. Acesso em: 09 out. 2022.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, p. 53-71, 2008.

PFARMA. Procura por hidroxicloroquina cresce 58,5% em 2021. **pfarma.com.br**. Rio de Janeiro. 24 ago. 2021. Disponível em: <https://pfarma.com.br/coronavirus/6796-procura-por-hidroxicloroquina-cresce-58-5-em-2021.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

RIBEIRO, Adalgisa Peixoto et al. Saúde e segurança de profissionais de saúde no atendimento a pacientes no contexto da pandemia de Covid-19: revisão de literatura. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, v. 45, 2020.

RODRIGUES, Juliana Nunes; AZEVEDO, Daniel Abreu de. Pandemia do Coronavírus e (des) coordenação federativa: evidências de um conflito político-territorial. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 18, 2020.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: algumas observações. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11-28, 2005.

SADEK, Maria Tereza. O pacto federativo em questão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 153-154, 2000.

SOARES. I. Bolsonaro diz que não trabalhou durante pandemia porque STF não deixou. **Correio Braziliense**, Brasília. 12 jan. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4976943-bolsonaro-diz-que-nao-trabalhou-durante-pandemia-porque-stf-nao-deixou.html>. Acesso em 18 out. 2022

SOUZA FILHO, Luiz Alberto de; AGUIAR LAGE, Débora de. Entre ‘fake news’ e pós-verdade: as controvérsias sobre vacinas na literatura científica. **Journal of Science Communication, América Latina**, v. 4, n. 2, p. V01, 2021.

SKOCPOL, Theda. Trazendo o Estado de volta: estratégias de análise na pesquisa atual. In: EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SCOKPOL, T. **Trazendo o Estado de volta**. Nova York: Cambridge University Press, 1985